

O déficit do Rio e as eleições

O DÉFICIT previsto no Orçamento do Rio para o ano que vem — Cz\$ 5,7 bilhões — é prova suficiente de que as finanças municipais estão em estado catastrófico. Seja a diferença entre despesa e receita neutralizada por aumento de impostos ou por operações de crédito, a solução será insatisfatória. No primeiro caso, por elevar a contribuição dos cidadãos, já reconhecidamente elevada, para níveis dificilmente suportáveis; no segundo, por simplesmente transferir o rombo para anos seguintes.

OS PROBLEMAS financeiros do Rio datam, na História recente, do momento em que, deixando de ser o Estado da Guanabara, ele perdeu a gorda fatia da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias. A situação certamente se agravou com a gestão do Prefeito Roberto Saturnino, notória pela escassez de idéias corajosas e projetos eficientes em todas as áreas, nelas incluída a das finanças. Pelo contrário, ele contribuiu para a crise, ao elevar as despesas com o funcionalismo, contratando pessoal e criando uma penca de órgãos, enquanto descuidava da máquina arrecadadora, cuja ineficiência é atestada pela convocação em massa de contribuintes, obrigados a fazerem prova do pagamento de impostos que a municipalidade

de confessou não saber se foram pagos ou não.

POR OUTRO lado, deve-se reconhecer que poucos dos grandes centros urbanos do País estão sequer próximos da prosperidade. Some-se a lentidão do repasse de recursos devidos pelos Governos estaduais e pela União à elevação dramática da população carente — cada vez mais somos uma Nação concentrada nas metrópoles, e o exército da migração interna é formado, praticamente todo ele, por aqueles que levam para as cidades apenas sua fome e sua esperança — e está traçado, em suas linhas principais, o retrato das dificuldades que as administrações municipais não conseguem vencer.

NO CASO específico do Rio, leve-se também em conta o esvaziamento econômico, produto da falta de estímulo para empreendimentos adequados à sua situação geográfica e à sua infra-estrutura e do estado crítico de diversos de seus serviços essenciais, que prejudicam o desenvolvimento de sua indústria óbvia, o turismo.

NÃO HÁ resposta fácil, nem única, para o desastre financeiro. Mas, seja qual for a política a ser adotada para recuperar o Município, ela vai depender da atuação do próximo Governador. Só se elevará o fluxo de turismo com, por

exemplo, segurança nas ruas e uma adequada programação de eventos ligados à cultura e ao lazer. E essas são áreas de competência — integral, no primeiro caso, e parcial, no segundo — do Palácio Guanabara.

POR SEU turno, o soerguimento industrial também é problema que o Município não pode resolver sozinho. O Rio precisa de uma administração estadual que atraia para cá indústrias sofisticadas, que empreguem a mão-de-obra altamente qualificada que podemos oferecer e não sejam poluentes (porque ficarão necessariamente próximas de zonas de alta densidade populacional). E que inspire confiança ao empresário.

FINALMENTE, na área financeira propriamente dita, a Capital do Estado depende de um Governador com bom trânsito em Brasília e merecedor do respeito das autoridades federais — porque delas tem muito a solicitar e mesmo a exigir.

SERIA INGÊNUO imaginar que a cidade poderia se salvar isoladamente, ou que resistiria ao naufrágio de todo o Estado. Exatamente por isto, as próximas eleições têm muito a ver com uma solução para o problema do déficit municipal de 1987 — e com o que poderá ser feito para evitar que ele se repita.